



**Um País seguro, com Forças e Serviços de Segurança modernos e próximos do cidadão, privilegiando programas de prevenção**



Um País seguro, com Forças e Serviços de Segurança modernos e próximos do cidadão, privilegiando programas de prevenção

## A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2018
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

## B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2018

## C. Principais Medidas

## D. Projetos

**1. Reforma do sistema de proteção civil, em particular a proteção civil preventiva, e reforço da capacidade de resposta operacional**

Implementação da Estratégia Nacional de Proteção Civil Preventiva

Aposta na vertente preventiva da proteção civil como elemento determinante

**OBJETIVOS:**

- atenuar vulnerabilidades existentes
- controlar o aparecimento de novos elementos expostos a riscos coletivos.

#### 1. Reforma do sistema de proteção civil, em particular a proteção civil preventiva, e reforço da capacidade de resposta operacional

- **Reforma do modelo de prevenção e combate aos incêndios florestais:**
  - Evolução para um sistema com duas componentes interdependentes e complementares, de *gestão dos fogos rurais* e de *proteção contra incêndios* (orientada para a salvaguarda de pessoas e bens), criando uma diretiva única de prevenção e combate para uma melhor coordenação;
  - Promoção da profissionalização e da capacitação, ao nível da estrutura orgânica da ANPC, da admissão de militares para a GNR para reforço do GIPS, do SEPNA, de efetivos para o Corpo Nacional de Agentes Florestas e guardas florestais
  - Reforço do envolvimento das Forças Armadas e assunção pela Força Aérea do comando e gestão de meios aéreos de combate a incêndios florestais
- **Reforço da segurança das populações, através dos Programas «Pessoas Seguras» e «Aldeia Segura», valorização do envolvimento dos cidadãos e do voluntariado - «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas»**

#### 1. Reforma do sistema de proteção civil, em particular a proteção civil preventiva, e reforço da capacidade de resposta operacional

- Promoção de **territórios e comunidades resilientes a catástrofes**, pelo reforço institucional de governação: criação de Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais, revisão dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal, criação do Plano Nacional de Gestão de Combustíveis
- **Modernização das infraestruturas e equipamentos** dos agentes de proteção civil e **aumento da capacidade e da resposta operacional** através das Equipas de Intervenção Permanente, do empenhamento do GIPS, da FEB e das Forças Armadas.
- Reforço da **capacidade de monitorização e gestão dos riscos**, designadamente dos sistemas de alerta e de aviso às populações
- **Reforço dos sistemas de informação e comunicação de apoio à decisão operacional**, designadamente do sistema de comunicações de emergência, por forma a aumentar a sua eficácia e capacidade operacional

#### 1. Reforma do sistema de proteção civil, em particular a proteção civil preventiva, e reforço da capacidade de resposta operacional

- **Valorização dos bombeiros** como agentes de proteção civil, pela implementação de novas regras de financiamento das AHBV, do cartão social do bombeiro e dos novos regimes jurídicos referentes aos estatutos e carreiras dos bombeiros profissionais e dos bombeiros voluntários
- **Valorização das autarquias locais**, no âmbito do processo de descentralização, enquanto estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, promovendo a consolidação dos serviços municipais de proteção civil e melhorando os níveis de coordenação local à escala municipal
- Promoção da criação de **Unidades Locais de Proteção Civil das Freguesias**, enquanto estruturas de concretização de ações essencialmente preventivas, em articulação com os serviços e agentes locais de proteção civil

#### 1. Reforma do sistema de proteção civil, em particular a proteção civil preventiva, e reforço da capacidade de resposta operacional

- **Criação de um sistema de informação cadastral simplificado:** um procedimento de representação gráfica georreferenciada que define a localização exata dos prédios rústicos e mistos e os seus limites, e cria o procedimento especial de registo de prédio omissos, de forma a identificar a titularidade das propriedades que ainda não constam da base de dados do registo predial.
- É criado o **Balcão Único do Prédio (BUPi)**, uma plataforma eletrónica que reúne toda a informação relevante sobre o prédio e que se constitui como um **instrumento de apoio ao pleno conhecimento da propriedade e dos seus proprietários**, afirmando-se deste modo como uma peça relevante na reforma da proteção civil.

CONHECER O TERRITÓRIO  
PARA O PROTEGER MELHOR

[bupi.gov.pt](http://bupi.gov.pt)





## A. Visão Global

### 1. Grandes Opções do Plano (6/7)

#### 2. Modernização das Forças e Serviços de Segurança (FSS) e reforço da prevenção e combate à criminalidade

- Através da execução da Lei de programação de infraestruturas e equipamentos das FSS , bem como dando continuidade à implementação da nova geração de Contratos Locais de Segurança e dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade, em estreita colaboração com as autarquias locais e com a comunidade

#### 3. Consolidação e desenvolvimento das Políticas de otimização do modelo de gestão das FSS

- Através da reorganização das estruturas de suporte, elevando os níveis de operacionalidade e a sua capacidade de atuação, no âmbito do exercício de revisão da despesa, designadamente com a implementação de um modelo de “serviços partilhados”



#### 4. Afirmção da política de fronteiras, baseada nos princípios da solidariedade e da responsabilidade partilhada

- Através da implementação das medidas previstas no Plano de Ação de Gestão Integrada de Fronteiras, da melhoria do serviço prestado ao cidadão estrangeiro residente e do reforço dos instrumentos de coordenação, de fiscalização e de cooperação internacional

#### 5. Implementação do Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária - PENSE 2020

- Através do reforço e modernização da fiscalização rodoviária, da promoção do acesso e gestão partilhada da informação, incluindo sobre os acidentes, e do desenvolvimento de estratégias de educação e sensibilização e de programas de prevenção da sinistralidade



Um País seguro, com Forças e Serviços de Segurança modernos e próximos do cidadão, privilegiando programas de prevenção

## A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2018
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

## B. Orçamento do MAI

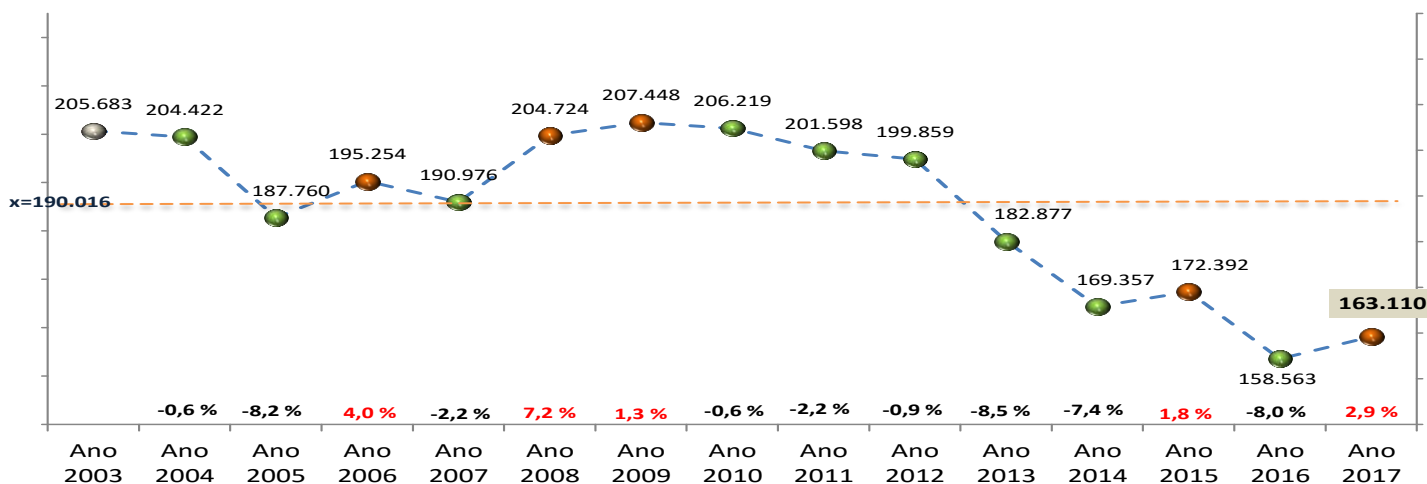
1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2018

## C. Principais Medidas

## D. Projetos

### CRIMINALIDADE PARTICIPADA

Número de crimes participados (1.º semestre)

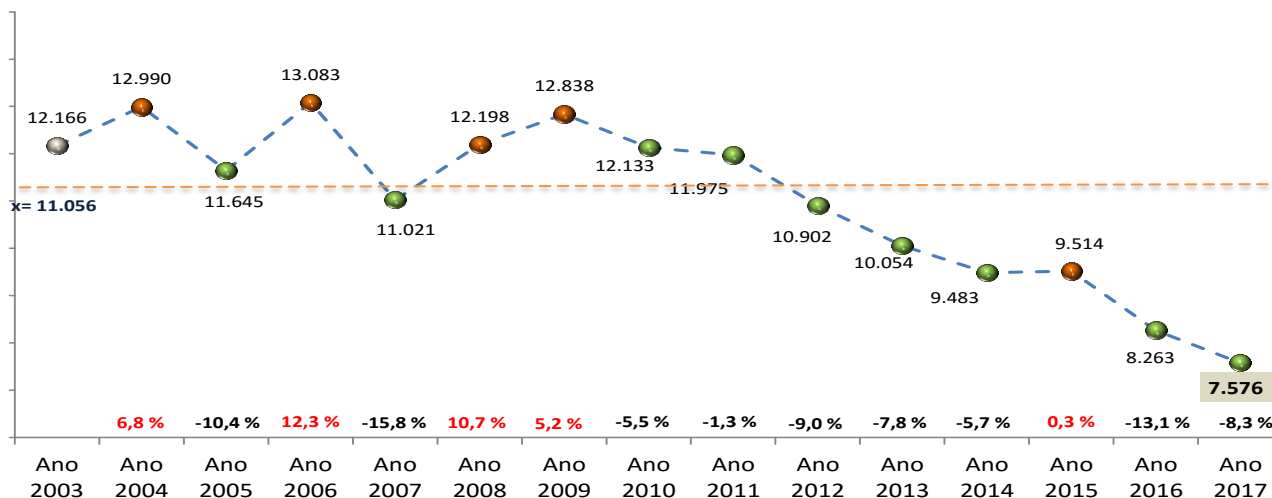


Fonte: GSGSSI

- A **criminalidade geral** regista, no **primeiro semestre de 2017**, um total de 163.110 participações, mais 4.547 casos registados do que em igual período do ano anterior, correspondendo a um aumento de 2,9%.
- Para esta **subida**, muito contribui o acréscimo no crime de contrafação falsificação de moeda e passagem de moeda falsa (+3.798 casos; +280,5%) e no crime de incêndio fogo posto em floresta, mata arvoredo ou seara (+2.843 casos; +253,4%).

### CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE

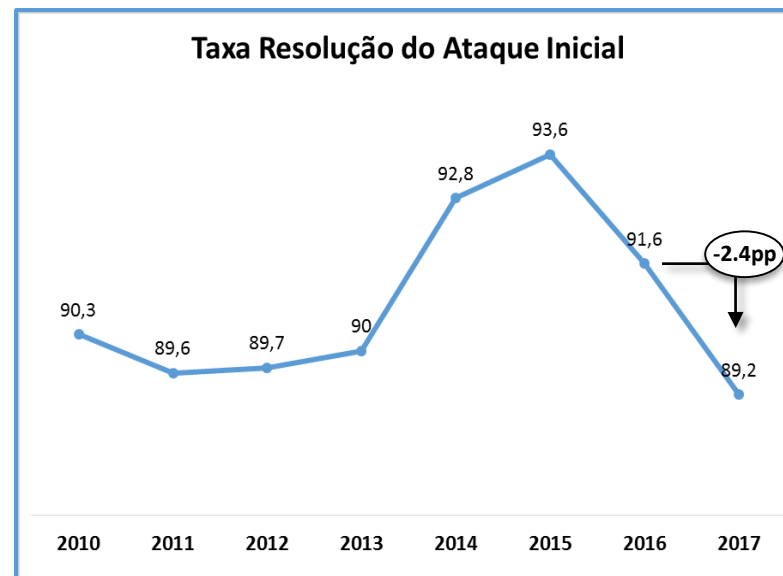
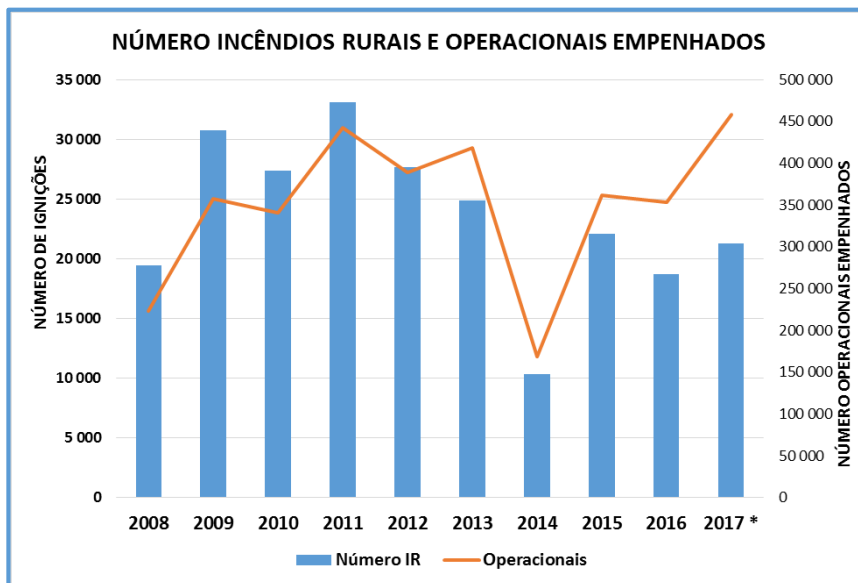
Número de crimes violentos e graves (1.º semestre)



- A **criminalidade violenta e grave** regista um total de 7.576 participações, menos 687 casos que em igual período do ano anterior, correspondendo a uma diminuição de -8,3%.
- Para esta **descida**, muito contribui o decréscimo no crime de roubo na via pública exceto esticção (-610 casos; -18,5%) e no crime de roubo em transporte públicos (-195 casos; -50%).

### PROTEÇÃO E SOCORRO

#### Eficácia do Ataque Inicial



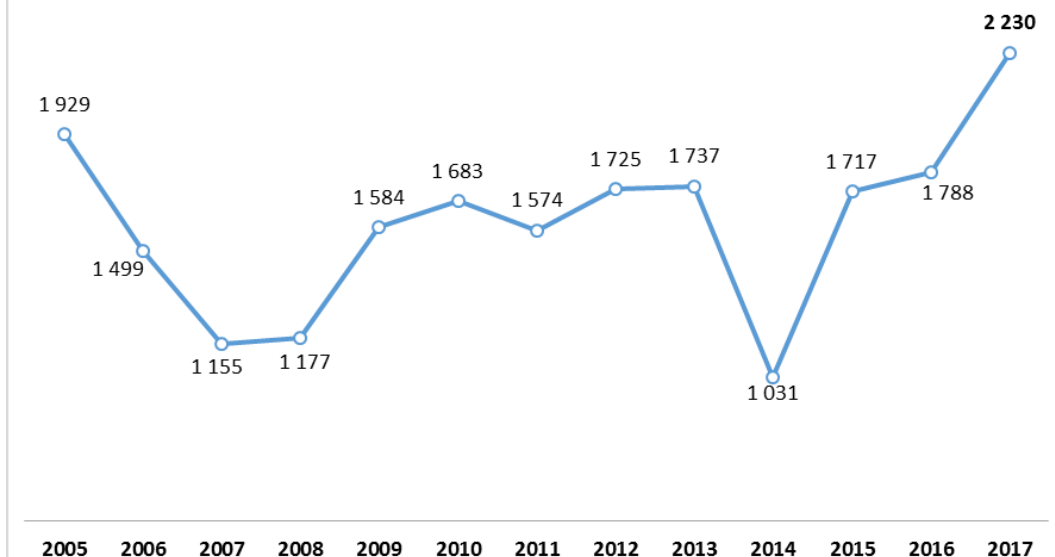
2017-até 15 out  
Fonte: ANPC

Em 2017, verificou-se um aumento no número de ignições, face ao ano anterior. A excepcionalidade das condições meteorológicas e de seca teve impacto direto na capacidade de resposta ao ataque inicial aos incêndios florestais, registando-se um decréscimo na sua taxa de resolução em 2,4%. Este decréscimo obrigou o dispositivo a uma mobilização excepcional.

### PROTEÇÃO E SOCORRO

Índice de severidade diária

INDÍCE DE SEVERIDADE DIÁRIA - Média Nacional Acumulada  
15 de Maio a 15 de Outubro



Fonte: ANPC

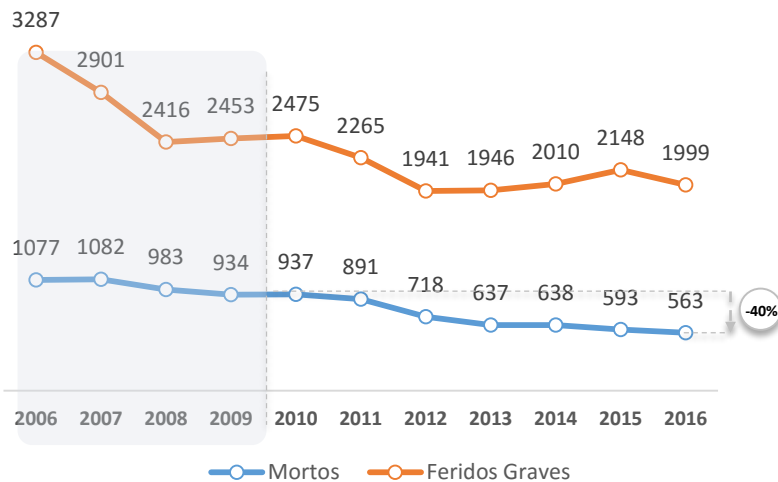
Percentagem do território continental  
em seca severa e extrema

	30/set	31/out
2008	0%	0%
2009	47%	16%
2010	8%	0%
2011	10%	0%
2012	15%	0%
2013	0%	0%
2014	0%	0%
2015	31.5%	0%
2016	0%	0%
2017	88.4%	100 % (15 out)

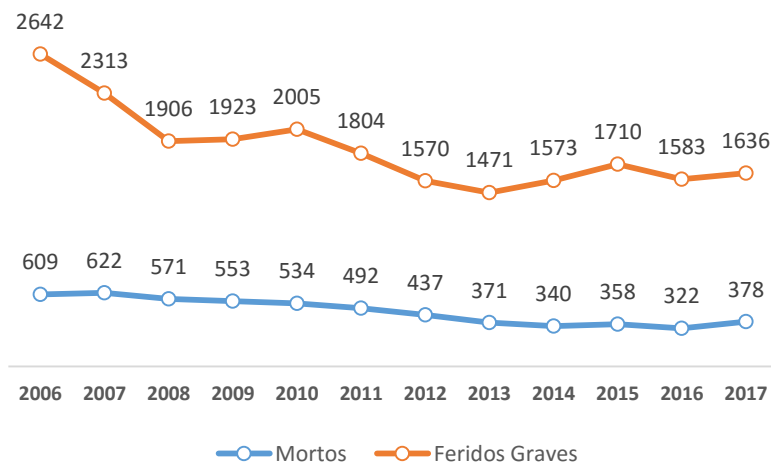
No dia 15 de outubro de 2017, todo o território continental encontrava-se em situação de seca severa ou extrema. O índice de severidade diária acumulada em 2017 é o mais elevado dos últimos 13 anos.

### SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA

#### Mortos a 30 dias e Feridos Graves



#### Sinistralidade Rodoviária no local do acidente (1 jan. a 30 set)



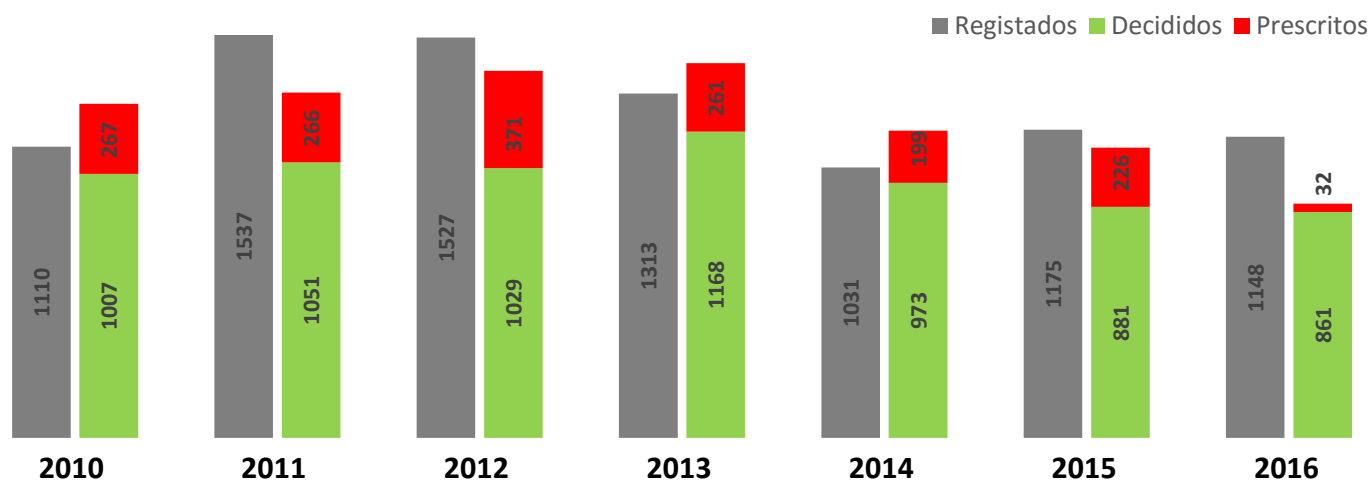
Fonte: ANSR

Entre 2006 e 2009, o número de mortos a 30 dias foi estimado (maioração de 27% face ao número de mortos no local do acidente)

- O n.º de mortos a 30 dias registou o valor mínimo dos últimos 10 anos, continuando a tendência de decréscimo, rumo ao objetivo do PENSE 2020 (redução de 56% de vítimas mortais a 30 dias, face a 2010)
- Os feridos graves registaram uma redução de 7% em 2016 face a 2015.
- O crescimento do número de mortos e de feridos graves no local do acidente, verificado a partir do mês de maio de 2017, determinou a adoção de medidas pelo Conselho Nacional de Segurança Rodoviária: implementação do Plano Nacional de Fiscalização Rodoviária; intensificação da fiscalização de trânsito e campanhas de sensibilização sobre excesso de velocidade, uso indevido de telemóvel, fadiga e álcool

### FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

Autos Registados / Decididos / Prescritos (em milhares)



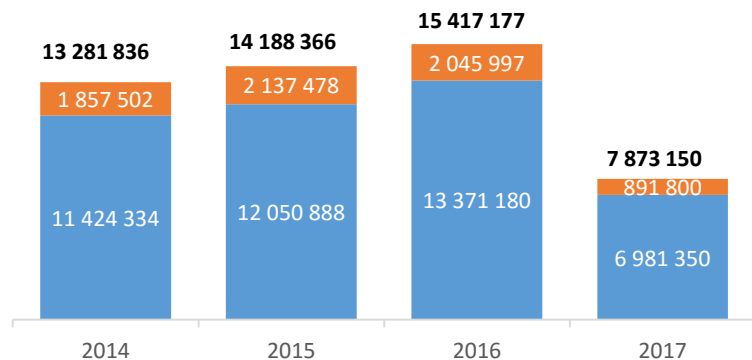
Fonte: ANSR

- O número de autos prescritos em 2016 foi substancialmente reduzido, em comparação com os anos anteriores, fruto da decisão tempestiva dos processos



### CONTROLO DE FRONTEIRAS

Número de pessoas controladas

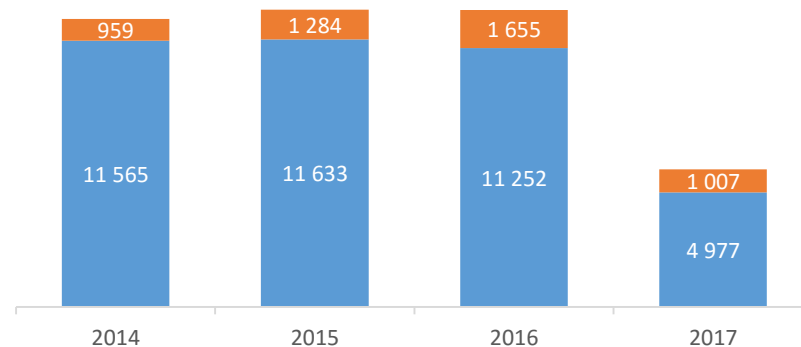


2017-até 30JUN  
Fonte: SEF

■ Aéreas ■ Marítimas

### VISTOS CONCEDIDOS E RECUSA DE ENTRADA

Número



2017-até 30JUN  
Fonte: SEF

■ Vistos concedidos ■ Entradas recusadas

- O primeiro semestre de 2017 registou um forte acréscimo no movimento/controlado de pessoas nas fronteiras aéreas, com cerca de +1.300.000 (+22,7%) de passageiros controlados que em igual período de 2016. Aliás, analisados os dados do 3. Trimestre (Jul/Ago/Set os mais relevantes ao nível do verão IATA), o SEF controlou + 2.000.000 de passageiros na fronteira aérea (dados em consolidação) que no mesmo período de 2016.
- No primeiro semestre de 2017 mantém-se tendência no que se refere ao aumento de recusas de entrada (+33% de 755 para 1007) relativamente a igual período de 2016. A emissão de vistos manteve-se em número idêntico.



Um País seguro, com Forças e Serviços de Segurança modernos e próximos do cidadão, privilegiando programas de prevenção

## A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2018
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

## B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2018

## C. Principais Medidas

## D. Projetos

### Evolução do Mapa de Pessoal Global do MAI

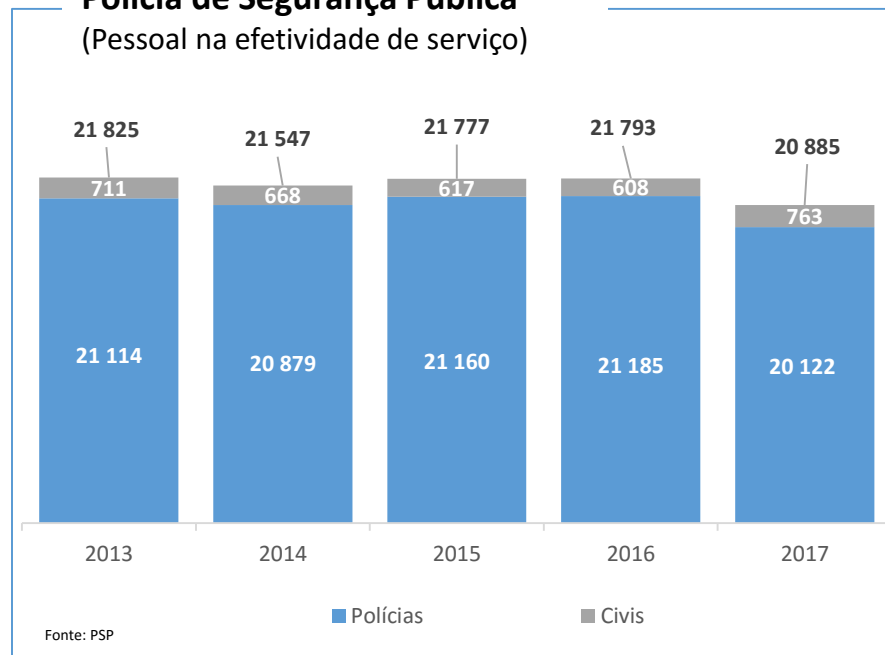
Mapas aprovados			
SERVIÇOS	2017	2018	Δ 18-17
Guarda Nacional Republicana (GNR)	24 740	24 742	2
Polícia de Segurança Pública (PSP)	20 885	20 885	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	1 410	1 747	337
Secretaria-Geral do MAI (SGMAI)	254	264	10
Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)	246	296	50
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	120	146	26
Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI)	48	49	1
Serviços Sociais GNR (SSGNR)	216	221	5
Serviços Sociais PSP (SSPSP)	48	55	7
Cofre de Previdência PSP (CPPSP)	9	9	0
Gabinetes MAI	58	59	1
<b>TOTAL</b>	<b>48 034</b>	<b>48 473</b>	<b>439</b>

- Para 2018 são aumentados 439 postos de trabalho nos mapas de pessoal, com especial destaque para o SEF, ANPC e ANSR

### Guarda Nacional Republicana (Pessoal na efetividade de serviço)

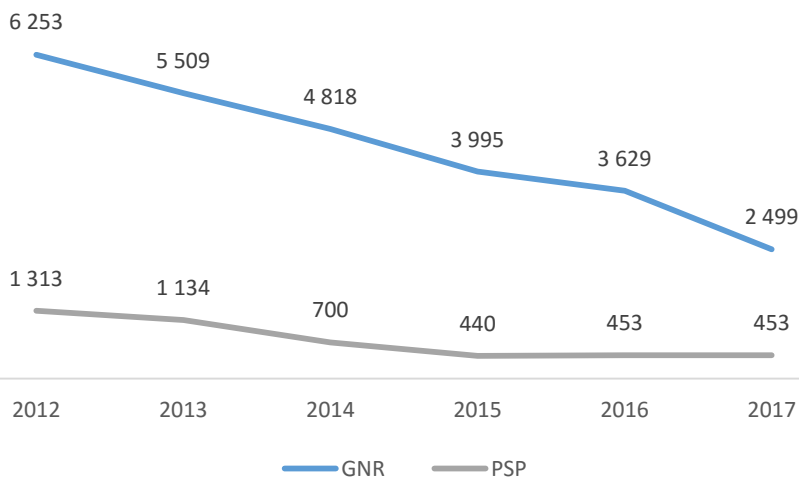


### Polícia de Segurança Pública (Pessoal na efetividade de serviço)



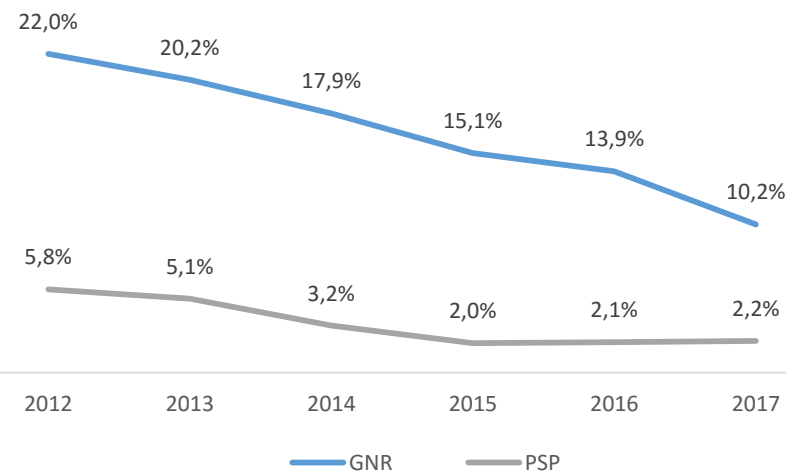
- O pessoal da GNR, na efetividade de serviço, ascende em 2017 a 22.703 militares e civis (acrescendo, nestes últimos, 924 elementos contratados para integrar a Rede Nacional de Postos de Vigia)
- O pessoal da PSP, na efetividade de serviço, ascende a 20.885 polícias e civis, tendo transitado, em 2017, para as Polícias Municipais de Lisboa e Porto, 238 polícias.
- Os valores de 2017 incluem 380 formandos para os Cursos de Formação de Oficiais e Guardas da GNR e 430 formandos para o Curso de Formação de Oficiais e Agentes da PSP

**Pessoal na reserva / pré-aposentação**  
(N.º de efetivos)



2017: até 30JUN  
Fonte: GNR e PSP

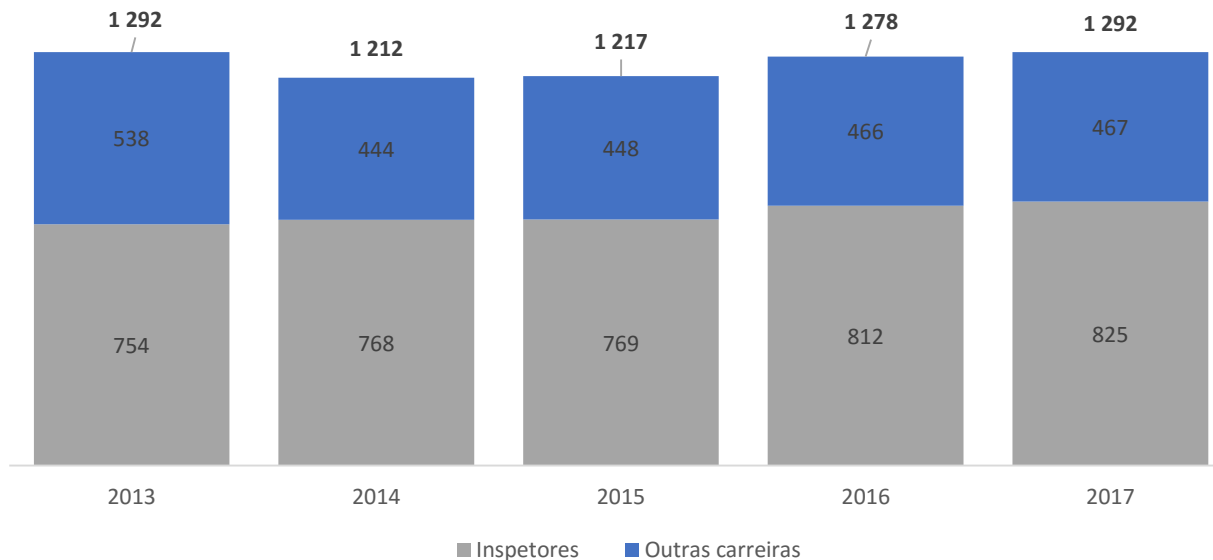
**Peso da reserva / pré-aposentação no total**  
(% do total)



2017: até 30JUN  
Fonte: GNR e PSP

- Na GNR o n.º de militares na situação de reserva tem vindo a reduzir-se de forma consolidada, atingindo, em 30 de junho de 2017, 2.499 efetivos (10,2% dos efetivos totais)
- Na PSP o n.º de polícias na situação de pré-aposentação tem vindo a reduzir-se, atingindo, em 30 de junho de 2017, 453 efetivos (2,2% dos efetivos totais)

### Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (N.º de efetivos)



- A 30 de junho de 2017, os efetivos do SEF apresentam uma evolução positiva, quer em termos de inspetores, quer noutras carreiras profissionais
- Desde 2015, foram autorizados 3 concursos internos para a categoria de inspetor ( $45 \times 3 = 135$ ) e em 2017 foi autorizado um concurso externo para 100 inspetores.
- Este reforço ao nível dos recursos humanos terá continuidade em 2018

Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna, privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade

## A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2018
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

## B. Orçamento do MAI

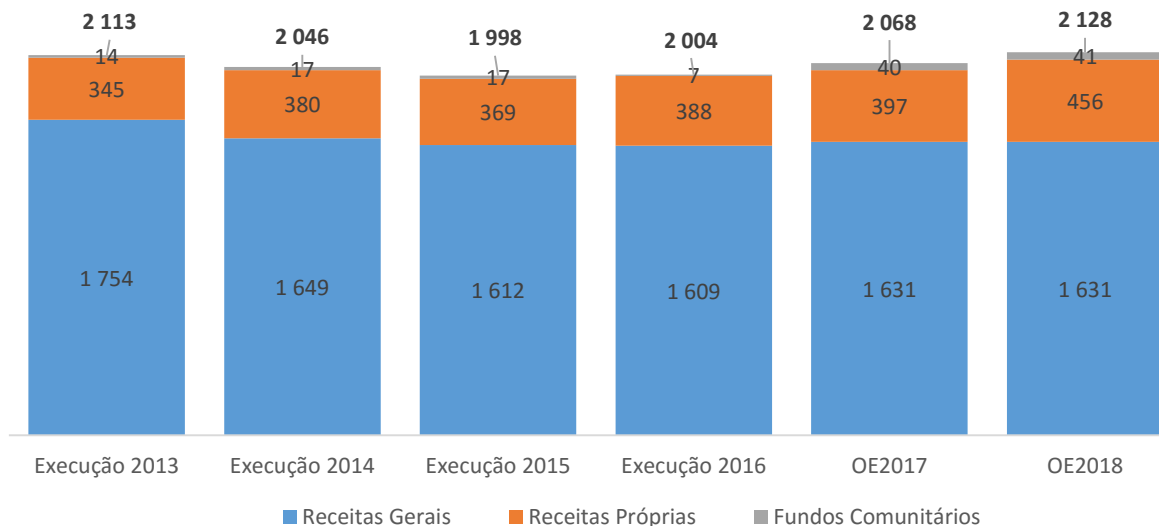
1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2018

## C. Principais Medidas

## D. Projetos

#### Despesa por fonte de financiamento

Valores em milhões de Euros

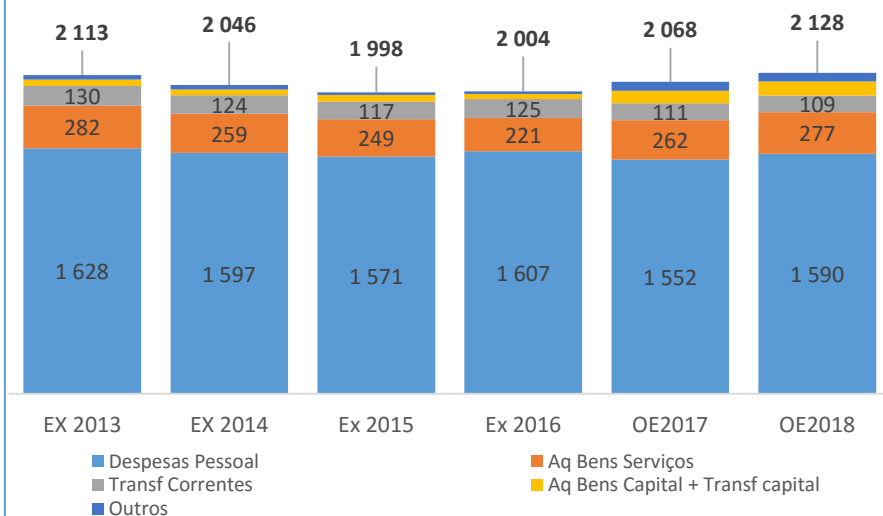


- O orçamento do MAI para 2018 é de **2.128 M€**.
- Prevê-se um acréscimo de 60M€ face ao ano de 2017.
- As receitas Próprias aumentam em **59 M€** (SGAI Atividades e Projetos +13,8M€; SEF + 16,3M€; PSP +4,3M€; GNR +13M€; ANSR +4,2M€; ANPC +4,9M€ e SSGNR +1,5M€).
- Os fundos comunitários aumentam em **1 M€**.



#### Despesa por agrupamento económico

Valores em milhões de Euros



#### Despesas com Pessoal por Organismo

Valores em milhares de Euros

Despesas com Pessoal	Dotação Inicial		
	2017	2018	Δ 18-17
GNR	788 500	797 823	9 323
PSP	679 927	685 490	5 563
SEF	53 519	68 633	15 114
ANPC	8 688	9 777	1 089
SGMAI	7 890	15 069	7 179
SSGNR	3 522	3 840	318
ANSR	3 190	3 311	121
AGMAI (Gabinetes)	2 514	2 495	-19
IGAI	2 047	2 051	4
SSPSP	1 468	1 625	157
CPPSP	280	280	0
<b>Total</b>	<b>1 551 545</b>	<b>1 590 394</b>	<b>38 849</b>

• No OE 2018 foram reforçadas as dotações de despesas com o pessoal em 38M€, com especial destaque para:

- SEF + 15,1M€
- GNR + 9,3M€
- SGMAI + 7,2M€
- PSP + 5,6M€



Um País seguro, com Forças e Serviços de Segurança modernos e próximos do cidadão, privilegiando programas de prevenção

## A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2018
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

## B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2018

## C. Principais Medidas

## D. Projetos

#### Orçamento Agregado do MAI

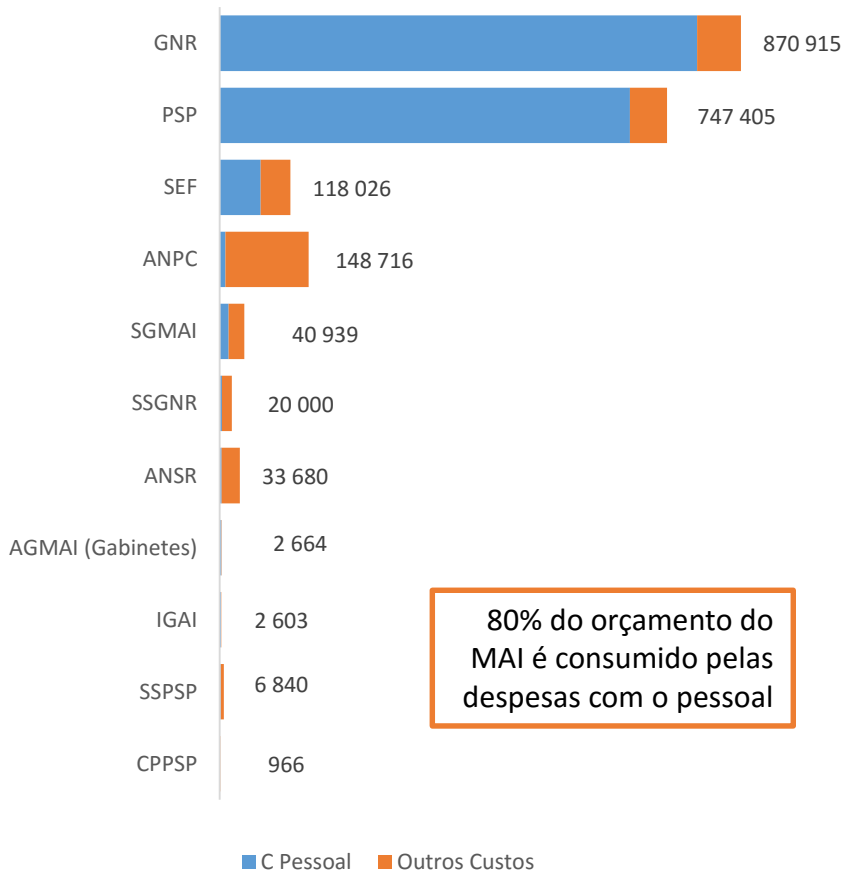
Valores em milhares de Euros

Serv	ORÇAMENTO 2018			TOTAL
	RG	RP	FC	
GNR	772 512	87 324	11 079	<b>870 915</b>
PSP	627 983	116 927	2 495	<b>747 406</b>
ANPC-ATIVIDADES	82 759	57 590	20	<b>140 369</b>
SEF	19 500	81 394	17 132	<b>118 026</b>
SGMAI-PROJETOS	65 812	29 205	3 183	<b>98 200</b>
SGMAI - ATIVIDADES	16 974	23 939	25	<b>40 938</b>
SGMAI-RESERVA	36 857	0	0	<b>36 857</b>
ANSR	0	32 342	1 339	<b>33 681</b>
SSGNR	0	20 000	0	<b>20 000</b>
ANPC-PROJETOS	3 338	0	5 010	<b>8 348</b>
SSPSP	0	6 123	717	<b>6 840</b>
AGMAI	2 664	0	0	<b>2 664</b>
IGAI	2 600	2	0	<b>2 602</b>
CPPSP	0	897	68	<b>965</b>
<b>Total</b>	<b>1 631 000</b>	<b>455 743</b>	<b>41 067</b>	<b>2 127 810</b>

- O orçamento do MAI é de 2.128M€
- Este orçamento é financiado com 1.631M€ de Receitas Gerais, 456M€ de Receitas Próprias e 41M€ de Fundos Comunitários

### Peso das Despesas com Pessoal

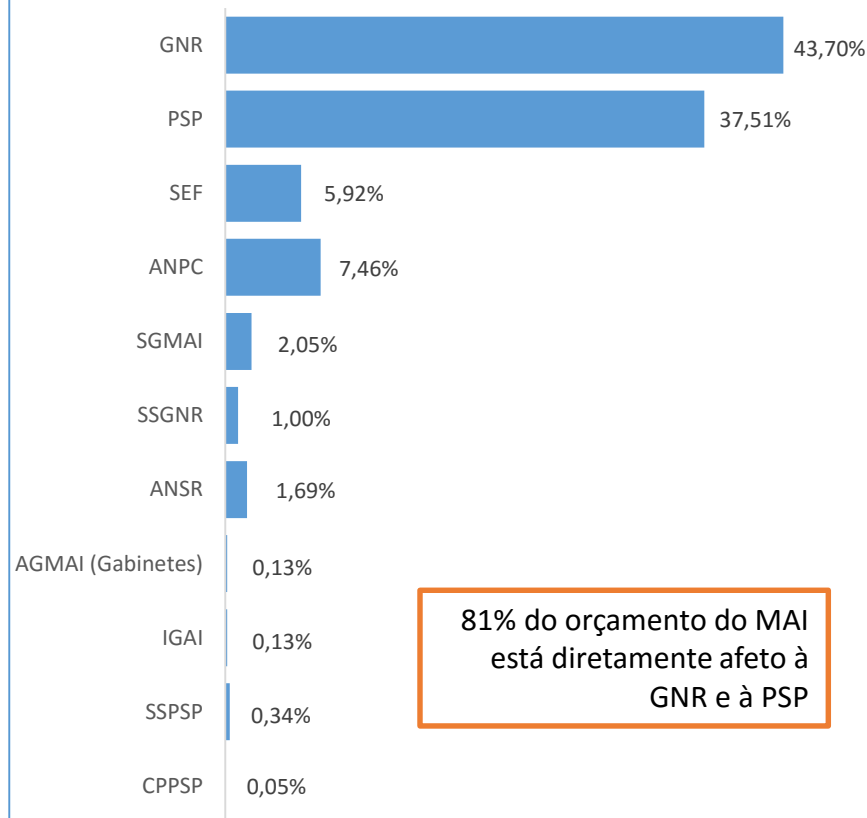
Valores em milhares de Euros



80% do orçamento do MAI é consumido pelas despesas com o pessoal

### Peso de cada entidade no orçamento do MAI

Valores em milhares de Euros

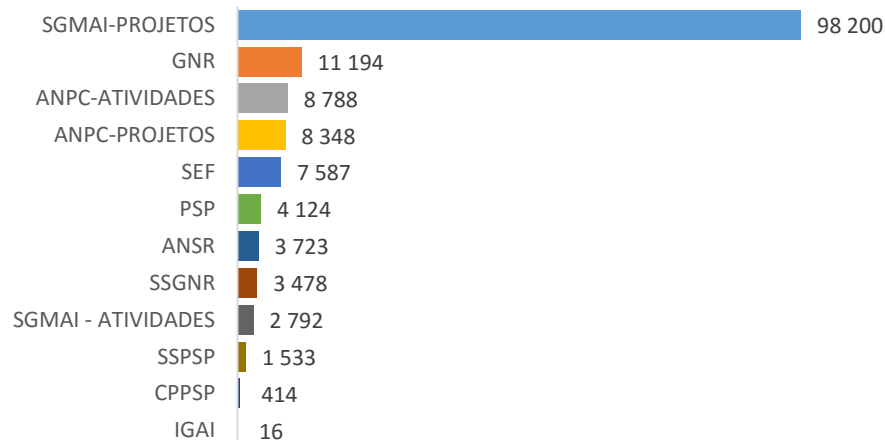


81% do orçamento do MAI está diretamente afeto à GNR e à PSP

#### Orçamento de Investimento

Valores em milhares de Euros

Investimento		
Serviço	OE 2017	OE 2018
SGMAI-PROJETOS	93 642	98 200
GNR	6 881	11 194
ANPC-ATIVIDADES	10 803	8 788
ANPC-PROJETOS	591	8 348
SEF	7 020	7 587
PSP	5 209	4 124
ANSR	7 299	3 723
SSGNR	1 697	3 478
SGMAI - ATIVIDADES	2 742	2 792
SSPSP	725	1 533
CPPSP	337	414
IGAI	27	16
<b>Total</b>	<b>136 973</b>	<b>150 197</b>



#### Análise

- 150,2 M€ para investimento (+ 13,2M€ relativamente a 2017).
- 98,2 M€ em projetos coordenados pela Secretaria-Geral, dos quais 91 M€ dizem respeito à Lei de Programação das Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança.
- A par da Lei de Programação, mantêm-se dotações de investimento nos orçamentos das Forças e Serviços de Segurança a gerir pelas mesmas (22,9 M€), nomeadamente com financiamento comunitário.
- A ANPC tem a gestão de 17,1 M€ de investimento.

#### Lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna

Valores em milhares de Euros

##### Lei de Programação das Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança

Medidas	2017	2018	2019	2020	2021	Total	Peso %
Sistemas de tecnologias de informação e comunicação	60 496	53 847	44 760	46 755	46 325	<b>252 183</b>	<b>55%</b>
Infraestruturas	18 280	19 649	22 261	23 476	23 086	<b>106 752</b>	<b>23%</b>
Veículos	4 155	11 120	16 100	15 400	15 500	<b>62 275</b>	<b>14%</b>
Equipamento para funções especializadas	3 067	2 865	1 890	1 960	2 320	<b>12 102</b>	<b>3%</b>
Armamento	2 138	980	3 630	1 050	1 380	<b>9 178</b>	<b>2%</b>
Equipamento de proteção individual	2 285	1 460	1 280	1 280	1 310	<b>7 615</b>	<b>2%</b>
Equipamento de apoio à atividade operacional	500	1 000	1 000	1 000	1 000	<b>4 500</b>	<b>1%</b>
<b>Total</b>	<b>90 921</b>	<b>90 921</b>	<b>90 921</b>	<b>90 921</b>	<b>90 921</b>	<b>454 605</b>	<b>100%</b>

### Análise

- 454,6 M€ para investimento (2017 – 2021)
- 90,9 M€ de investimento por ano
- **Prioridade para a proteção individual dos efetivos operacionais e para a melhoria das infraestruturas, dos veículos e meios operacionais**

#### Orçamento da Guarda Nacional Republicana

Valores em milhares de Euros

GNR				
	DI 2017	POE 2018	Δ 18-17	Peso % OE 2018
DESPESAS COM PESSOAL	788 500	797 823	9 323	92%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	52 177	56 773	4 596	7%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3 803	3 753	-51	0%
OUTRAS DESPESAS	1 058	1 371	313	0%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6 881	11 194	4 313	1%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>852 419</b>	<b>870 915</b>	<b>18 495</b>	<b>100%</b>

#### Análise

- O orçamento da GNR para 2018 foi reforçado em 18,5M€:
  - nas despesas com o pessoal (+9,3M€) proveniente de RP e FC;
  - na aquisição de bens e serviços (+4,6M€) proveniente de RP e FC;
  - no investimento (+ 4,3M€) essencialmente proveniente de FC.

#### Orçamento da Polícia de Segurança Pública

Valores em milhares de Euros

PSP				
	DI 2017	POE 2018	Δ 18-17	Peso % OE 2018
DESPESAS COM PESSOAL	679 927	685 490	5 564	92%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	50 593	50 245	-348	7%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	30	30	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5 294	5 577	283	1%
OUTRAS DESPESAS	1 928	1 939	11	0%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5 209	4 124	-1 085	1%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>742 982</b>	<b>747 406</b>	<b>4 424</b>	<b>100%</b>

#### Análise

- O orçamento da PSP para 2018 foi reforçado em 4,4M€ (essencialmente para despesas com o pessoal)
- A redução verificada no investimento (-1M€ na aquisição de bens de capital) é o reflexo da Lei de Programação, através da qual a grande maioria do investimento passa a estar concentrado no orçamento de projetos da SGMAI (programação plurianual)



#### Orçamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Valores em milhares de Euros

SEF	DI 2017	POE 2018	Δ 18-17	Peso % OE 2018
DESPEAS COM PESSOAL	53 519	68 633	15 114	58%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	28 268	28 102	-166	24%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17 245	12 055	-5 191	10%
OUTRAS DESPEAS	1 477	1 650	173	1%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7 020	7 587	567	6%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>107 529</b>	<b>118 026</b>	<b>10 497</b>	<b>100%</b>

#### Análise

- Reforço do orçamento do SEF, com especial destaque para as despesas com o pessoal (+15,1M€ para o ingresso de 100 inspetores, bem como o reforço de outras carreiras/categorias, num total de 337 ingressos)
- Parte do investimento do SEF será ainda assegurado pela Lei de Programação, de acordo com os projetos inscritos no orçamento de projetos da SGMAI

#### Orçamento da Autoridade Nacional de Proteção Civil

Valores em milhares de Euros

ANPC (Atividades + Projetos)				
	DI 2017	POE 2018	Δ 18-17	Peso % OE 2018
DESPESAS COM PESSOAL	8 688	9 777	1 089	7%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	50 356	61 357	11 001	41%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62 482	63 635	1 153	43%
OUTRAS DESPESAS	1 293	1 440	147	1%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10 708	12 257	1 548	8%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	250	250	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>133 777</b>	<b>148 716</b>	<b>14 939</b>	<b>100%</b>

#### Análise

- Reforço em 2018 do orçamento da ANPC em 15M€, destacando-se:
  - + 1,1M€ para despesas com o pessoal
  - + 6,9M€ para aquisição de bens e serviços (contratação de meios aéreos e operação de mais 2 meios aéreos do Estado)
  - + 1,2M€ para transferências para as AHB
  - + 5,7M€ para investimento, onde se incluiu a reparação dos helicópteros Kamov

#### Orçamento da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Valores em milhares de Euros

ANSR				
	DI 2017	POE 2018	Δ 18-17	Peso % OE 2018
DESPESAS COM PESSOAL	3 190	3 311	122	10%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7 485	8 372	887	25%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	30	30	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 950	15 910	4 960	47%
OUTRAS DESPESAS	1 479	2 334	855	7%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7 299	3 723	-3 575	11%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>30 432</b>	<b>33 681</b>	<b>3 249</b>	<b>100%</b>

#### Análise

- O Orçamento da ANSR para 2018 obteve um reforço de 3,2M€, essencialmente proveniente do sistema SINCRO

#### Orçamento da Inspeção-Geral da Administração Interna

Valores em milhares de Euros

IGAI	DI 2017	POE 2018	Δ 18-17	Peso % OE 2018
DESPEAS COM PESSOAL	2 047	2 051	4	79%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	487	500	13	19%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0	0	0	0%
OUTRAS DESPEAS	42	36	-6	1%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	27	16	-11	1%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>2 602</b>	<b>2 602</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>

#### Análise

- O orçamento da IGAI para 2018 mantém-se face ao de 2017

#### Orçamento da Secretaria-Geral - Atividades

Valores em milhares de Euros

SGMAI - Atividades				
	DI 2017	POE 2018	Δ 18-17	Peso % OE 2018
DESPESAS COM PESSOAL	7 890	15 069	7 179	37%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	12 693	14 189	1 496	35%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	1	1	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 293	7 686	-2 607	19%
OUTRAS DESPESAS	5 035	1 202	-3 834	3%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2 742	2 792	50	7%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>38 653</b>	<b>40 938</b>	<b>2 285</b>	<b>100%</b>

#### Análise

- O orçamento de atividade da Secretaria-Geral do MAI obteve um reforço de 2,3M€, com especial destaque para as despesa com o pessoal e aquisição de bens e serviços
- O decréscimo nas transferências correntes e noutras despesas relaciona-se com a realização de eleições em 2017

#### Orçamento dos Gabinetes do MAI

Valores em milhares de Euros

AGMAI				
	DI 2017	POE 2018	Δ 18-17	Peso % OE 2018
DESPESAS COM PESSOAL	2 514	2 495	-19	94%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	150	169	19	6%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0	0	0	0%
OUTRAS DESPESAS	0	0	0	0%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>2 664</b>	<b>2 664</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>

#### Análise

- A dotação orçamental para 2018 dos gabinetes governamentais mantém-se face a 2017.



Um País seguro, com Forças e Serviços de Segurança modernos e próximos do cidadão, privilegiando programas de prevenção

## A. Visão Global

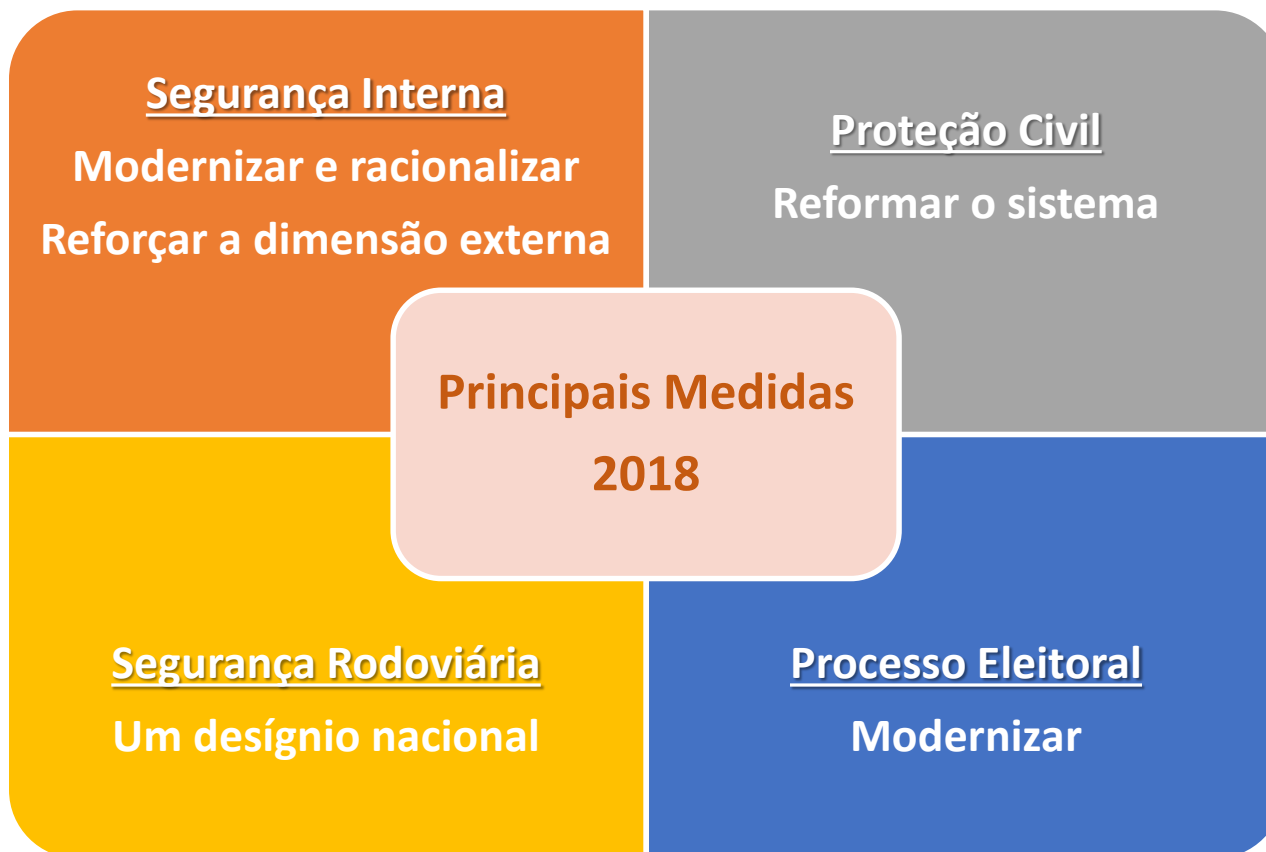
1. Grandes Opções do Plano para 2018
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

## B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2018

## C. Principais Medidas

## D. Projetos





#### ❑ Execução da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança

##### Objetivos:

- Assegurar a modernização contínua dos meios operacionais das FSS, elevando os seus níveis de operacionalidade, a sua capacidade de atuação e o seu desempenho;
- Garantir, dando continuidade, o planeamento estratégico das aquisições, orientando os recursos financeiros para investimento com potencial para gerar poupanças ao nível do funcionamento das FSS.

##### Prioridades:

- Adquirir entre 2018 e 2021 cerca de 1.900 novos veículos para as FSS, o que permitirá renovar as suas frotas automóveis e reduzir, em simultâneo e de forma sustentada, os respetivos custos de manutenção, o consumo de combustíveis rodoviários e os impactos ambientais associados;
- Reforço da resiliência, da redundância e da cobertura do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).

#### ☐ Medidas de racionalização de meios e de processos (1/2)

- Continuidade do processo de externalização das messes e bares das FS. Em 2017, já foi possível reduzir cerca de 50% do número de messes existentes (GNR passou de 71 para 34 messes e a PSP passou de 57 para 29 messes, e reduzir cerca de 50% dos efetivos afetos ao serviço de messes e bares (do total de 532 efetivos, foram já transferidos para tarefas operacionais cerca de 220 efetivos, sendo de notar que transitaram 70 efetivos para a situação de reserva ou pré-aposentação)
- Implementação de projeto piloto na PSP para adoção de nova metodologia na aquisição, distribuição e venda de fardamento
- Implementação do “modelo de serviços partilhados” nas FS, eliminando redundâncias e replicação de tarefas ao longo da estrutura hierárquica, tornando os processos mais eficientes em termos de planeamento e auditáveis em termos de monitorização e controlo, para além da inerente redução de tarefas administrativas e recursos humanos afetos às mesmas

#### Medidas de racionalização de meios e de processos (2/2)

- Substituição de 200 efetivos militares e policiais das Forças de Segurança, atualmente empenhados em tarefas administrativas, por civis, por recurso a programas específicos de mobilidade
- Agilização do processo de gestão de veículos apreendidos em processo-crime ou contraordenacional, tendo em vista a diminuição dos custos associados, a libertação de efetivos policiais atualmente encarregues da sua guarda e a eliminação dos impactos ambientais
- Criação de centros de manutenção da frota automóvel, assegurando uma reserva estratégica para as Forças e Serviços de Segurança, com recurso à gestão e utilização partilhada dos recursos já existentes
- Utilização mais eficiente dos edifícios afetos à missão das FSS, incluindo a revisão/cessação seletiva de contratos de arrendamento com privados e a melhoria da gestão dos imóveis destinados a arquivo usados pelos serviços administrativos



#### ☐ Medidas de Segurança Comunitária (1/2)

- **Nova Geração de Contratos Locais de Segurança** - Instrumento privilegiado para colocar em prática a cooperação institucional à escala local entre administração central, autarquias e parceiros locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção
- Até ao presente momento, foram celebrados 26 Contratos Locais de Segurança com Municípios Portugueses (9 da tipologia “MAI Bairro, 1 da tipologia “MAI Cidadão” e 16 da tipologia “MAI Município):
  - Os 9 CLS “MAI Bairro”, dedicados aos bairros situados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, estão em fase de implementação, existindo já medidas concretas no terreno;
  - o CLS “MAI cidadão”, firmado com o município de Serpa e vocacionado para fazer face aos fluxos migratórios associados às campanhas agrícolas, foi um sucesso no primeiro ano de implementação e daremos agora continuidade a esta experiência;
  - Os 16 CLS “MAI Município”, que incluem todos os municípios do Algarve, encontram-se em fase final de diagnóstico, à qual se seguirá a implementação das medidas previstas nos respetivos planos de intervenção

#### ☐ Medidas de Segurança Comunitária (2/2)

- Continuidade dos **Programas Especiais de Policiamento de Proximidade**: “Apoio 65”, “Idosos em Segurança”, “Escola Segura”, “Comércio Seguro”, “Táxi Seguro”, “Farmácia Segura”, “Operação Férias”, “Chave Direta”, “Apoio à Vítima”, “Violência Doméstica”, “Residência Segura”, “Estou Aqui”, entre outros.
- **Combate à Violência Doméstica**
  - Início do funcionamento da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios para compreensão dos fatores de risco a partir do estudo das ocorrências e potenciação do prevenção de situações futuras
  - Reforço e diversificação da formação das Forças de Segurança, nomeadamente formação de formadores MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade), atualização para formadores MIPP, Investigação Criminal, Análise retrospectiva de casos de homicídio, direitos humanos, seja internamente, seja através da colaboração com entidades externas
- Aposta no desenvolvimento de um **Plano Nacional de Prevenção da Delinquência Juvenil** através dos contratos locais de segurança, do envolvimento coordenado das Forças de Segurança e de formação especializada das mesmas

#### Promoção do investimento na qualificação dos recursos humanos

- Regulamentação do novo Estatuto dos militares da GNR e respetiva regulamentação
- Regulamentação do Estatuto do pessoal com funções policiais da PSP, aprovado pelo Decreto Lei n.º 243/2015, de 19 de novembro, que inclui, entre outros, a aprovação do Regulamento Disciplinar da PSP
- Prevenção do Suicídio nas Forças de Segurança

#### Outras medidas

- Avaliação e Regulamentação do Regime Jurídico da Segurança Privada
- Utilização da videovigilância pelas Forças de Segurança
- Regulamentação da utilização de *Drones*

#### ☐ Reforço da cooperação policial internacional

- Implementação da Unidade para a Cooperação Policial Internacional (Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional), no âmbito do Sistema de Segurança Interna e sob a égide do seu Secretário-Geral, na sequência da publicação dos respetivos atos legislativos em 2017
- Reforço da interoperabilidade e da partilha de informação entre FSS nacionais, bem como nos níveis europeu e internacional
- Desenvolvimento e aprofundamento da cooperação internacional, nos níveis bilateral e multilateral:
  - No âmbito do Espaço de Liberdade de Segurança e de Justiça da UE (designadamente no âmbito da participação na revisão intercalar das respetivas orientações estratégicas, bem como na revisão intercalar da Estratégia de Segurança Interna 2015-2020);
  - No contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
  - Com os parceiros da bacia do Mediterrâneo, nomeadamente ao nível do “Diálogo 5+5” e “G4”
- Alargamento da rede de Oficiais de Ligação do MAI
- Participação das FSS nacionais em projetos europeus e internacionais de cooperação policial

#### ☐ Reforço da participação em missões internacionais

- Aumento da participação nacional em missões/operações das Nações Unidas e da União Europeia
- Aumento do número de elementos das FSS e de peritos nacionais destacados em organizações e organismos internacionais
- Novas missões da GNR no quadro da Força Europeia de Gendarmerie (EUROGENDFOR)

#### **Afirmação de uma política de imigração e de controlo de fronteiras baseada no princípio da solidariedade e na salvaguarda da segurança interna e do Espaço Schengen.**

- Incremento dos dispositivos associados ao acolhimento humanitário de refugiados/requerentes de proteção internacional, no âmbito quer do programa nacional quer dos programas de Recolocação e de Reinstalação da UE, no contexto da Agenda Europeia para as Migrações
- Reforço da segurança no controlo de fronteiras, salvaguardando a segurança interna e do Espaço Schengen
- *Follow-up* da Avaliação Schengen a Portugal, corrigindo lacunas e desconformidades
- Aumento da participação nacional (em termos de missões/operações e de peritos destacados) no quadro da FRONTEX , do EASO e da EUROPOL
- Participação ativa na nova Agência da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, incluindo o aprontamento e destacamento do contingente nacional para a “reserva de reação rápida”
- Desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras
- Aumento da participação de peritos nacionais em missões de avaliação Schengen a outros países
- Participação nacional nas políticas e medidas europeias face a países terceiros em matéria de imigração



#### ☐ **Melhoria da eficiência do sistema**

- Implementação da Estratégia Nacional de Proteção Civil Preventiva.
- Reforço da sensibilização, da prevenção de comportamentos de risco e das medidas de autoproteção, nomeadamente no âmbito escolar.
- Modernização dos sistemas de alerta e de aviso às populações.
- Aplicação da Diretiva Operacional Nacional e dos Planos Operacionais Distritais (Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro).
- Elaboração e execução do plano de formação da estrutura operacional da ANPC.
- Descentralização de competências para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.
- Apoio à criação de Unidades Locais de Proteção Civil nas freguesias.
- Valorização do estatuto dos bombeiros profissionais e voluntários e aprovação de um novo programa de incentivo ao voluntariado.

#### □ Melhoria da resposta operacional

- Alargamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) dos Corpos de Bombeiros Voluntários.
- Crescimento e reforço das capacidades do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS) e do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR.
- Investimento em quartéis, viaturas e equipamentos operacionais dos Bombeiros, do GIPS/GNR e da ANPC, com recurso a fundos comunitários do POSEUR.
- Reforço da intervenção das Forças Armadas no âmbito da Proteção Civil.
- Empenhamento de especialistas com competências multidisciplinares nos Teatros de Operações mais complexos.
- Empenhamento dos operacionais da FEB da ANPC e dos GIPS da GNR em ações de prevenção estrutural de incêndios florestais.

#### ☐ Melhor prevenção

- Execução e monitorização do **Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária 2020**.
- Incremento do número de **Planos Municipais e Intermunicipais de Segurança Rodoviária**.
- Implementação do **Plano Nacional de Proteção da Circulação Pedonal e de Combate aos Atropelamentos**.
- Implementação de novas ações de sensibilização rodoviária, com recurso a diferentes canais de comunicação e o envolvimento de diferentes parceiros.
- Desenvolvimento de conteúdos para a dinamização de programas de prevenção e segurança rodoviária no âmbito escolar.

#### ☐ Mais eficácia

- Desenvolvimento do **Sistema de Informação dos Acidentes de Viação**, integrando as participações de acidentes e os respetivos boletins estatísticos de acidentes de viação.
- Desmaterialização e simplificação processual através da ampliação das valências do Portal das Contraordenações e da modernização do Sistema de Contraordenações de Trânsito.
- Expansão do **Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (SINCRO)**.
- Implementação do **Plano Nacional de Fiscalização Rodoviária**, direcionando ações para os lanços de maior concentração de acidentes.



## C. Principais Medidas

Processo eleitoral | Modernização (1/1)

### Reforço da participação democrática no processo eleitoral

- Desmaterializar os cadernos eleitorais
- Implementar o recenseamento automático para eleitores nacionais residentes no estrangeiro



Um País seguro, com Forças e Serviços de Segurança modernos e próximos do cidadão, privilegiando programas de prevenção

## A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2018
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

## B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2018

## C. Principais Medidas

## D. Projetos

## Rede Nacional de Segurança Interna



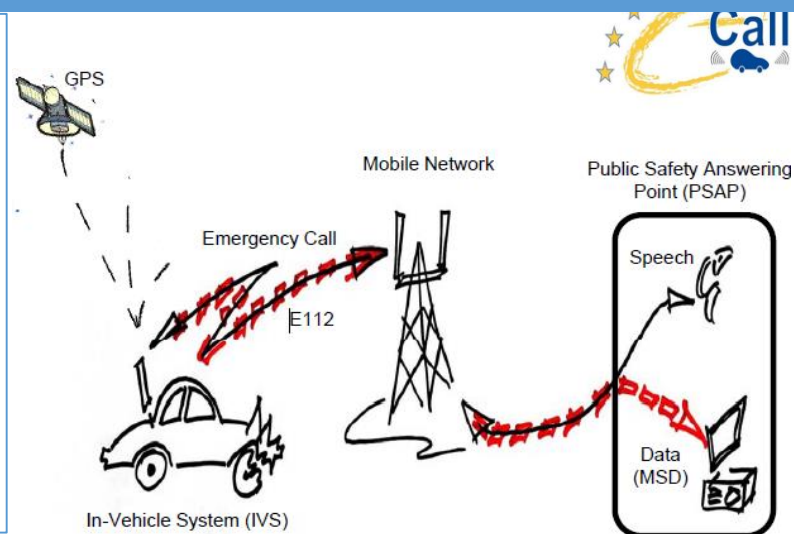
### ☐ Ações previstas em 2018

- Atualização das soluções de cibersegurança da rede face às novas ameaças.
- Melhoria das funcionalidades de videoconferência e videovigilância.
- Reforço de capacidade de comunicação dos centros de dados.
- Melhoria de acesso à Internet pelos utilizadores, por via de aquisição de sistemas de Proxy.
- Maior balanceamento dos fluxos de dados (*traffic shapping*).

112

#### ☐ Ações previstas em 2018

- Funcionamento pleno do atendimento a cidadãos surdos através da plataforma de videochamada.
- Promoção da utilização do sistema *eCall* no 112, já em pleno funcionamento nos centros operacionais Norte e Sul.
- Alargamento do projeto 112 às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.
- Geolocalização das chamadas móveis para o 112.

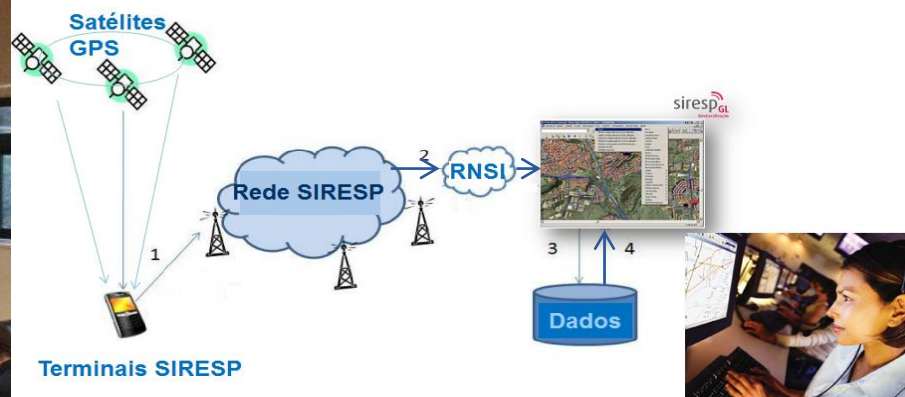




## GeoMAI

### ☐ Ações previstas em 2018

- Integração da informação geográfica do Siresp-GL.
- Solução de Comando e Controlo para as Forças e Serviços de Segurança.
- Integração da videovigilância disponibilizada na plataforma da Rede Nacional de Segurança Interna.
- Evolução do GeoMAI para ferramenta de suporte e apoio à decisão no combate a incêndios florestais, incluindo ferramentas de modelação da propagação do fogo.



## SIMPLEX+ 2018

### Programa SIMPLEX+

#### Medidas a implementar em 2018:

- Mapa do Cidadão +
- Portal do Centro Nacional de Cibersegurança
- Assistente Virtual Inteligente
- Georreferenciação do 112
- Prestar contas
- Via rápida para estudantes estrangeiros em Portugal
- Fichas técnicas de fiscalização
- Fiscalização de uma só vez





FUNDO  
ASILO, MIGRAÇÃO  
E INTEGRAÇÃO

## Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)

**Objetivo:** Implementação, fortalecimento e desenvolvimento de uma abordagem comum da União Europeia para as questões do asilo, imigração e integração, promovendo uma gestão eficaz dos fluxos migratórios

**Objetivos específicos:** 1. Asilo; 2. Migração Legal e Integração; 3. Regresso; 4. Solidariedade

**Dotação:** Programa Nacional com dotação comunitária de 64,9 M€ (dos quais 28,6 M€ para os casos especiais de Reinstalação e Recolocação + 2,8 M€ para Assistência Técnica)

**2016:** Abertura de 13 avisos, com a dotação global de 32,6 M€, equivalente a 50% da dotação global do fundo

**2017 (até agosto):** Abertura de 13 avisos, com a dotação de 24,6 M€.

Em termos globais, à data, encontram-se aprovados 155 projetos com um montante de cerca de 43,3 M€



## Fundo para a Segurança Interna

**Objetivo:** Implementação de uma política eficaz de gestão e controlo das fronteiras dos Estados Membros da UE, incrementando a política de Vistos , a prevenção e o combate à criminalidade

**Objetivos Específicos:** 1. Apoio a uma Política Comum de vistos; 2. Fronteiras; 3. Apoio Operacional; 4. Prevenção e combate ao crime; 5. Riscos e Crises

**Dotação:** Programa Nacional com dotação comunitária de 41,2 M€ (dos quais 18,4 M€ são das Fronteiras e Vistos, 20,2 M€ da Cooperação Policial e 2,6 M€ da Assistência Técnica)

**2016:** Abertura de 25 avisos, com a dotação de 16,9 M€, equivalente a 41% da dotação global do fundo

**2017 (até agosto):** Abertura de 19 avisos com a dotação de 11,7 M€

Em termos globais, à data, encontram-se aprovados 36 projetos com um montante de cerca de 26,6 M€.



#### Áreas de intervenção – Avisos 2017

	€
• Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	910 000
• Ações de Comunicação e Sensibilização para Prevenção de Incêndios Florestais	300 000
• Aquisição de EPI e de Veículos Operacionais de Socorro para Combate a Incêndios Florestais – Concelhos abrangidos pela RCM 101-A/2017 (incêndios junho 2017)	3 500 000
• Carta Nacional de Perigosidade de Incêndio e Modelação de apoio ao planeamento e gestão da floresta e do território	300 000
• Aquisição de EPI para Combate de Incêndios Florestais – GIPS/GNR	450 000
<b>Total</b>	<b>5 460 000</b>

- Valor executado até 2017 – 3,7 M€



**Um País seguro, com Forças e Serviços de Segurança modernos e próximos do cidadão, privilegiando programas de prevenção**